

ALFABETIZAR AS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM AS FAMÍLIAS E OS PROFESSORES?¹

Eduarda Barbosa de Sousa e Silva²
Marina Gleika Felipe Soares³

RESUMO: O trabalho aborda o pensamento das famílias e dos professores acerca do processo de alfabetização das crianças na educação infantil, possuindo o intuito de estabelecer diálogos e reflexões acerca desta temática. Como objetivo geral, o estudo visa analisar o que pensam as famílias e os professores acerca do processo de alfabetização das crianças na Educação Infantil. Como objetivos específicos têm-se: conhecer a prática pedagógica na Educação Infantil considerando o contexto alfabetizador; refletir acerca do processo de alfabetização na educação infantil, considerando os direitos de aprendizagem e refletir acerca da obrigatoriedade no que concerne ao processo de alfabetização na Educação Infantil. Sendo assim, parte-se de reflexões formuladas no referencial teórico, levando em consideração os estudos de autores como Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023), Brandão (2022), Albuquerque e Leite (2022), entre outros, bem como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como encaminhamentos metodológicos, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa e, em relação aos procedimentos, firmou-se o estudo na pesquisa de campo, possuindo como base uma revisão bibliográfica. Em seguida, realizou-se a análise de dados, baseado na análise de conteúdo de Bardin (2011), coletados através dos questionários aplicados às famílias das crianças e aos professores vinculados à Educação Infantil. A partir desses dados coletados, a análise foi realizada buscando um diálogo com os autores relacionados à temática pesquisada, e segundo as respostas da maioria dos respondentes, a alfabetização na Educação Infantil não é obrigatória, embora esse processo possa ser iniciado durante essa etapa da educação básica.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação Infantil; Famílias e Professores.

ABSTRACT: This study approaches the thoughts of families and teachers about the literacy process of children in early childhood education, with the aim of establishing dialogues and reflections on this topic. As a general objective, the study aims to analyze what families and teachers think about the literacy process of children in early childhood education. The specific objectives are: understanding the pedagogical practice in early childhood education considering the literacy context; reflecting on the literacy process in early childhood education, considering the rights to learning; and to reflect on the obligation regarding the literacy process in early childhood education. Therefore, it starts from reflections formulated in the theoretical framework, taking into account the studies of authors such as Nogueira, Ferreira and Espíndola (2023), Brandão (2022), Albuquerque and Leite (2022), among others, as well as the National Common Curricular Base (BNCC). As methodological approaches, a qualitative research was developed and, in relation to the procedures, the study was based on field research, based on a bibliographic review. Next, data analysis was carried out, based on Bardin's content analysis (2011), collected through questionnaires applied to the children's families and teachers linked to early childhood education. Based on these collected data, the analysis was carried out seeking a dialogue with the authors related to the researched theme, and according to the answers of the majority of the respondents, literacy in early childhood education is not mandatory, although this process can be initiated during this stage of basic education.

Keywords: Literacy; Early Childhood Education; Families and Teachers

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Marina Gleika Felipe Soares.

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Professor Possidônio Queiroz/Oeiras – PI.

³ Doutora em Educação, Professora Adjunto da Universidade Estadual do Piauí Prof. Possidônio Queiroz.

1 ENCAMINHAMENTOS INTRODUTÓRIOS

Se torna cada vez mais notório o foco das instituições de ensino em inserir crianças da Educação Infantil no mundo da leitura e da escrita, com isso, é possível perceber nas famílias e professores, o anseio em relação ao processo de alfabetização dessas crianças. Sendo assim, entende-se que falar sobre essa temática é necessário, principalmente para perceber se esse desejo em alfabetizar está excluindo os direitos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento previstos na BNCC para essa etapa da educação, ou se essas habilidades estão sendo trabalhadas simultaneamente.

Diante disso, este estudo aborda o pensamento das famílias e dos professores acerca do processo de alfabetização na Educação Infantil. Ao longo do estudo, buscou-se discorrer sobre alguns diálogos e reflexões sobre o processo de alfabetização para crianças de 4 e 5 anos, segundo autores como, Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023), Brandão (2022), Albuquerque e Leite (2022), entre outros.

Porém, falar sobre essa temática, para muitos, não é fácil, principalmente pela divergência de opiniões e a falta de uma orientação que define de fato se a alfabetização deve ou não ocorrer aos 4 ou 5 anos de idade. Por conta desses fatores, ainda não há um consenso entre os profissionais que atuam nessa etapa, o que pode gerar uma insegurança e dúvida no momento de dialogar com as famílias dos discentes a respeito do assunto. E assim, forma-se nas instituições de ensino, metodologias autônomas para iniciar esse processo, onde algumas escolas priorizam a alfabetização na Educação Infantil, enquanto outras defendem o início desse processo apenas no ensino fundamental.

Nesse contexto, é importante essa investigação sobre o pensamento das famílias e dos professores acerca do processo de alfabetização na Educação Infantil. Nessa perspectiva, como objetivo geral, o estudo visa analisar o que pensam as famílias e os professores acerca do processo de alfabetização na Educação Infantil e como objetivos específicos têm-se conhecer a prática pedagógica na Educação Infantil considerando o contexto alfabetizador; refletir acerca do processo de alfabetização na Educação Infantil, considerando os direitos de aprendizagem e refletir acerca da obrigatoriedade no que concerne ao processo de alfabetização na educação infantil. Sendo assim, como problemática delineou-se: o que pensam as famílias e os professores acerca do processo de alfabetização das crianças na Educação Infantil?

A pesquisa apresenta como justificativa, a percepção e a preocupação de que cada vez mais as crianças estão sendo alfabetizadas na Educação Infantil. Tal prática pode justificar-se pelo desejo em ver crianças sendo inseridas cada vez mais cedo no mundo da leitura e da escrita,

principalmente nas escolas da rede privada, o que pode acabar gerando para as instituições privadas, um público maior de famílias que buscam para seus filhos essa realização de ler e escrever antes do ensino fundamental.

Nesse contexto, a metodologia do trabalho está baseada na abordagem qualitativa, uma vez que as experiências individuais dos respondentes da pesquisa, serão levadas em consideração. No que diz respeito ao referencial teórico, foi desenvolvido a partir de revisão bibliográfica, buscando ter como base teóricos pesquisadores da temática, como Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023), Brandão (2022), Albuquerque e Leite (2022). Em relação a produção de dados, foi realizada a aplicação de questionários destinados às famílias das crianças e aos professores vinculados à Educação Infantil.

O trabalho encontra-se organizado em cinco seções. Inicia-se com os “Encaminhamentos Introdutórios”, em que se apresenta a temática, a justificativa, os objetivos, a metodologia e a problemática do estudo. Posteriormente, tem-se início a seção teórica intitulada “Alfabetização das crianças na Educação Infantil: o que temos a dialogar sobre isso?” com discussões sobre a alfabetização na educação infantil e reflexões sobre meios de se trabalhar essa temática sem saltar as fases necessárias nessa etapa da educação. Em seguida, apresenta-se a seção de “Aportes metodológicos do estudo”, em que se delineou a metodologia deste estudo.

Na próxima seção intitulada de “O que é alfabetização? Conceitos nas visões de educadores e das famílias” é a seção da análise dos dados coletados na pesquisa, construída com base nos questionários aplicados aos cinco representantes de famílias com filhos na faixa etária de 4 e 5 anos e as duas professoras da Educação Infantil. Para finalizar essa seção, é importante afirmar que, antes da aplicação dos questionários, a pesquisa foi autorizada pela instituição de ensino da rede privada e a utilização de todas as respostas fornecidas pelos questionários entregues, foram permitidas pelos respondentes. E por fim, a seção com os “Encaminhamentos Conclusivos” da pesquisa.

2 ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE TEMOS A DIALOGAR SOBRE ISSO?

A partir de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996 (LDB/96), a Educação Infantil, também conhecida como pré-escola, passa a fazer parte da chamada “educação básica”.

Nesse sentido, observa-se que essa etapa da educação recebeu uma atenção maior e passou a ser percebida como parte fundamental na vida escolar da criança, contribuindo também

para a minimização da ideia de que Educação Infantil consiste em apenas brincadeiras sem aprendizagens. A partir dessa concepção, é possível observar que cada vez mais busca-se alfabetizar crianças durante essa etapa da educação básica.

Nessa perspectiva, inicia-se a seção tecendo reflexões sobre os direitos de aprendizagem na Educação Infantil, fazendo relações com as práticas alfabetizadoras na primeira etapa da educação básica, para, em seguida, enfatizar o diálogo acerca do processo de alfabetização na Educação Infantil.

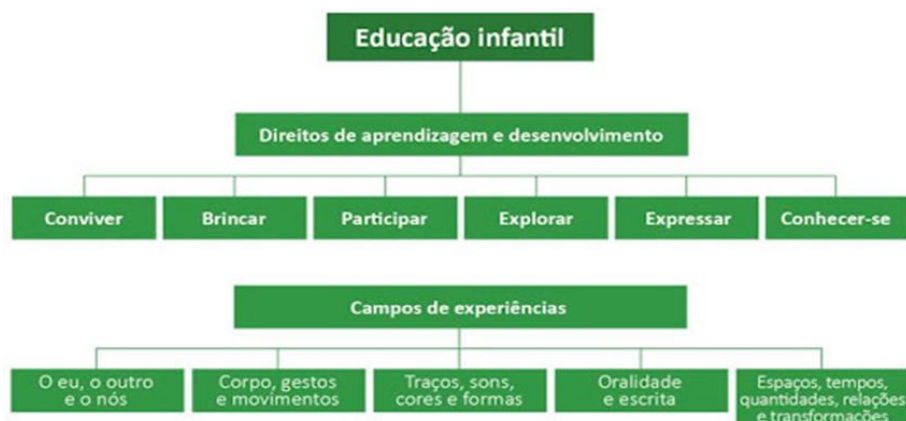
2.1. Direito à Educação Infantil: reflexões sobre práticas alfabetizadoras

Em uma sociedade que exige cada vez mais a capacitação das pessoas para ocuparem cargos, surgem famílias e profissionais interessados na aceleração do processo de alfabetização de crianças de 4 e 5 anos. Com isso, se faz interessante considerar o que diz o documento norteador da educação brasileira sobre essa prática que muitas vezes se apresenta como um tabu entre os educadores. Ao se falar em educação e no processo de alfabetização, os estudos e pesquisas acerca dessa área precisam ser levados em consideração.

Existem documentos norteadores da educação brasileira que devem ser orientadores para as instituições de ensino que trabalham com a educação básica, sejam essas instituições públicas ou privadas. É sabido por boa parte dos educadores que dificilmente esses documentos serão seguidos fielmente, devido às singularidades de cada região do país ou até mesmo das escolas, porém, essas adaptações precisam ser pensadas com responsabilidade e compromisso, a fim de que o estudante não seja prejudicado em seu ensino-aprendizagem e desenvolvimentos social, cultural, intelectual ou emocional.

Este trabalho, terá como enfoque um desses documentos que se apresentam como norteadores da educação, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Apresentando-se obrigatoriamente tanto para o ensino público, quanto para o ensino privado, a BNCC tem como objetivo servir como base para a elaboração de currículos escolares e mostrar propostas a serem trabalhadas na educação básica, ou seja, na Educação Infantil, ensino fundamental (anos iniciais e finais) e no ensino médio.

Dando ênfase na Educação Infantil, sua divisão se dá em três grupos por faixa etária. No primeiro são colocados os “bebês” (0 a 1 ano e 6 meses), no segundo estão as “crianças bem pequenas” (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e no terceiro grupo estão as “crianças pequenas” (4 anos a 5 anos e 11 meses). Além disso, a BNCC traz, para essa etapa da educação, a ideia de “direitos de aprendizagem e desenvolvimentos” e “campos de experiências”, como observamos na figura 1:

Figura 1: Educação Infantil (BNCC)

Fonte: Google (2024)

Na imagem pode-se ver os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento definidos pelo documento. Porém, antes de discorrer sobre suas definições, é importante ressignificar esse conceito definido pela Base, no sentido de entender que o estudante possui o direito, além da aprendizagem, à educação como um todo. Dito isto, o primeiro direito defendido pela BNCC, refere-se a “conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos. Utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” (Brasil, 2017, p.38). Nesse sentido, entende-se que, na educação infantil, a criança começa a ter seu primeiro contato com as diversidades fora do seu âmbito familiar. Com isso, surge a necessidade e a importância de se trabalhar questões como as diferenças entre culturas, cor, classe social, entre outros aspectos, sempre respeitando a faixa etária da criança, ou seja, utilizando metodologias e linguagens que contribuam para o seu entendimento e aprendizagem. Entende-se ainda que, o estudante em qualquer série, tem a capacidade de compreender essas temáticas, contanto que ocorram essas adaptações para o seu vocabulário e a sua realidade.

O segundo direito diz respeito ao brincar, em que se encontra a seguinte descrição:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (Brasil, 2018, p. 38).

A escola pode se apresentar como um local para a criança se desenvolver de várias formas, não somente pelo lado cognitivo. Quando se fala da brincadeira na Educação Infantil, há um debate acerca dessa prática e aprendizagem. Contudo, na BNCC pode-se ver que é

possível, através das brincadeiras, desenvolver aspectos corporais, emocionais, sociais e até mesmo cognitivos. É preciso entender que o lado lúdico na educação é necessário, o que não quer dizer que a leitura e a escrita não sejam, sendo necessário entender que um fator não deve se sobressair em relação ao outro.

Segundo Kishimoto (2017), acontece uma ação educativa quando uma brincadeira é criada intencionalmente por um adulto com o objetivo de gerar alguma aprendizagem, desde que a criança tenha interesse pela atividade. Ou seja, para que haja uma aprendizagem significativa, é preciso que a criança queira, de fato, participar, para que assim ela não associe a atividade em questão a uma prática ruim em sua trajetória educacional. O mesmo vale para a alfabetização na Educação Infantil, sendo preciso analisar de fato se a criança tem maturidade para ser inserida nesse processo, e que ele aconteça aos poucos, sem obrigatoriedade, para que aquela atividade seja associada a algo prazeroso e não frustrante.

No terceiro direito de aprendizagem, observa-se a construção da autonomia da criança, em que ela poderá iniciar o processo de compreensão em relação ao seu direito de manifestar suas opiniões.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (Brasil, 2018, p. 38).

Nota-se, nesse ponto, uma forma de confirmação do pensamento de Kishimoto. A criança ao participar da escolha de brincadeiras ou materiais que vão compor seu ambiente de aprendizagem, pode desenvolver um interesse maior em aprender, sendo esse um fator positivo para o ensino-aprendizagem. A forma como a aprendizagem se dá nesse primeiro contato da criança com o espaço escolar, pode influenciar diretamente como serão seus próximos anos de estudo, por isso não deve haver essa quebra brusca do ambiente familiar para o escolar, no sentido de retirar completamente a parte lúdica do seu dia a dia e inseri-las de imediato na parte conteudista. Por esse motivo, nota-se tanto as brincadeiras e atividades lúdicas, para que elas possam associar a escola a um lugar acolhedor e dar continuidade à liberdade para brincar e viver sua infância, com o diferencial de que as brincadeiras serão com intenções de desenvolver na criança alguma habilidade.

Ainda através desse direito pensado pela BNCC, fica evidente um dos trabalhos que os docentes buscam desenvolver com as crianças nesse período da infância, que é justamente incentivar a busca pela autonomia. Por meio de estratégias utilizadas diariamente, a criança,

aos poucos, deixa de ser dependente do professor para a realização de atividades simples, como beber água, abrir uma garrafa, calçar os sapatos, entre outros fatores. Essas aprendizagens também devem ser vistas como algo importante, e não inferior ao ato de aprender a ler e escrever.

A BNCC traz também o direito de “explorar”, abrindo para o educando um leque de possibilidades para se desenvolver de forma plena, dando a ele a oportunidade de perceber quais são suas preferências, tendo o professor como um mediador.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (Brasil, 2018, p. 38).

Aqui o documento sugere que essas experiências não devem se restringir aos muros escolares. É importante que a família busque trazer essas práticas para o convívio familiar, para acompanhar e compreender o processo que está sendo realizado nas escolas e entender que essas etapas não devem ser saltadas, pois elas também fazem parte da aprendizagem e possuem sua importância, tanto quanto a escrita e a leitura.

Compreende-se o desejo que a família tem de ver seus filhos dando os primeiros sinais de estarem sendo alfabetizados e a sensação de vê-los avançar em direção ao mundo da leitura e da escrita, mas antes dessa pressa por avançar, eles precisam aprender no tempo determinado a sua idade e desenvolver-se, e essas práticas próprias dessa etapa da educação básica (educação infantil), servem exatamente para isso, desenvolver nas crianças habilidades essenciais para sua trajetória escolar, pois além de prepará-los no sentido conteudista, elas educam para a vida, e a família precisa compreender o seu papel nessa fase, pois eles são importantes.

A LDB/96 preceitua que a educação é um dever da família e do Estado, ou seja, ambos precisam fazer esse acompanhamento e entender como está o desenvolvimento do estudante, para que, como afirma Jungles (2022), as famílias consigam auxiliar seus filhos nas atividades, a partir da construção de uma boa relação com o professor, uma vez que esse poderá orientá-los nessa tarefa. Sendo assim, seguindo a linha de pensamento de Jungles e da declaração da LDB/96, entende-se que a relação família-escola é indispensável.

Como observado na Figura 1, a Base traz o direito de “expressar”, levando aos professores da Educação Infantil, a missão de desenvolver na criança a habilidade de se comunicar de diferentes formas, garantindo que ela saiba de fato expressar seu modo de pensar e se manifestar da melhor maneira possível, assegurando seus direitos como cidadão.

"Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens" (Brasil, 2018, p. 38). Essa prática pode ser trabalhada em sala de aula, com o profissional da educação incentivando a participação das crianças durante as aulas, abrindo momentos para perguntas e diálogos. Esse ato pode contribuir para que os discentes não tenham medo e tanta timidez no momento de expor suas opiniões.

Entende-se então, a preocupação com as habilidades orais, pois aprender a se comunicar também é essencial. A criança, quando consegue expressar as suas opiniões, pode ajudar dentro do processo educativo, uma vez que não compreendendo as explicações do professor, ela pode, através do diálogo, comunicá-lo, e assim sendo, o educador poderá procurar outras metodologias para auxiliar nessa compreensão. Além disso, percebe-se nesse direito de aprendizagem, uma vantagem para além das mediações escolares, pois em meio a tantos acontecimentos é necessário que a criança saiba se expressar, para que, de nenhuma maneira, seus direitos sejam violados, por isso a necessidade de se trabalhar, em conjunto, essas propostas da BNCC.

O último direito trata-se do “conhecer-se”, fazendo referência à:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário" (Brasil, 2018, p. 38).

Esse direito contribui para que a criança aprenda sobre gostos pessoais, sobre aquilo que gosta ou não de fazer e sobre o que permite, ou não, que outras pessoas façam com elas. Para o desenvolvimento dessas aprendizagens, é importante que o professor(a) saiba conduzir atividades que de fato ajudem eles a se conhecerem, e caso algum aluno tenha dificuldade, que o docente o ajude a se compreender, assumindo um papel de facilitador do processo.

Trabalhar esses fatores dentro da Educação Infantil é preciso, uma vez que nessa fase, como já foi dito, as crianças entrarão em contato com as diversidades. Sendo assim, essa prática de se conhecer pode auxiliar no processo do respeito, os ajudando a compreender que existem diferentes modos de vida, diferentes tipos de cabelos, de pele e também diferentes tipos de famílias.

Vale lembrar que esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento deverão ser trabalhados durante toda a Educação Infantil, pois, assim como todo processo de ensino-aprendizado, eles não serão assimilados de imediato pelas crianças. Assim, é necessário paciência, compromisso e compreensão de ambas as partes, família e escola, para que esses

pontos citados sejam absorvidos plenamente, sem prejuízo ou “atropelamento” de etapas. Além disso, ressalta-se que essas não serão as únicas habilidades trabalhadas em sala de aula, os campos de experiência (figura 1) também serão abordados.

“Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (Brasil, 2018, p. 40). Esses irão acompanhar a etapa desde o berçário (zero a 1 ano e seis meses) até o infantil 2 (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Na organização dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada idade (figura 2), será possível perceber que, de acordo com a série, algumas habilidades vão sendo acrescentadas, imaginando-se que as trabalhadas na série anterior tenham sido alcançadas. Caso o educador perceba que alguma criança não conseguiu adquirir a habilidade plenamente, se faz interessante que ele retome essa aprendizagem, para que a criança não adentre em outras, possuindo um déficit nas anteriores, até mesmo pelo fato de que algumas habilidades necessitam de outras para serem alcançadas.

Figura 2: Organização dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada idade (BNCC)

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO”		
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.	(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.

Fonte: Brasil (2018).

Na imagem percebe-se que o campo de experiência é o mesmo (Escuta, fala, pensamento e imaginação), porém, ao se tratar dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, nota-se algumas alterações de acordo com a faixa etária a qual se destina.

Nesse campo de experiência, é possível perceber que, para as crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), a palavra “escrita” se faz presente, no sentido de uma escrita espontânea, ou seja, uma escrita sem “compromisso”, uma tentativa de iniciar o processo de alfabetização sem uma obrigatoriedade. A criança estará dando seus primeiros passos em direção à alfabetização e letramento, sem que tenha a obrigação de vencer uma “corrida” imaginária.

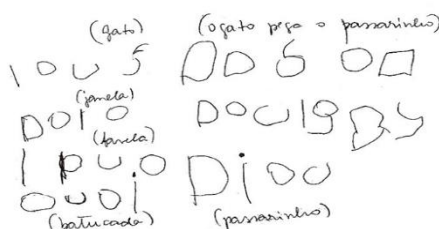
Ao se falar de uma escrita espontânea, se dá ao educando a oportunidade de vivenciar essa aquisição da escrita de forma leve e sem pressão escolar ou familiar. Não se exclui, nesse sentido, a relevância do acompanhamento e incentivo das partes envolvidas no processo, observados principalmente em escolas de rede privada, porém, o que também deve ser levado em consideração, é que esse acompanhamento não deve se manifestar de maneira que a criança se sinta pressionada, respeitando, então, a espontaneidade durante a ação.

Quando a criança começa a mostrar interesse pela aquisição da língua escrita ainda nessa primeira infância, as famílias e os profissionais não devem barrar o desenvolvimento, porém, é importante que eles também não tentem acelerar as etapas. É necessário enfatizar ainda, que durante essas pequenas descobertas, a criança conte com apoio e incentivos (mesmo que a grafia e ortografia não sejam perfeitas, afinal, elas estão aprendendo) e que esses não apareçam somente quando ela, de fato, estiver alfabetizada. De acordo com Ferreiro (2017, n.p):

Quando a criança faz suas primeiras tentativas para escrever é desqualificada de imediato porque “faz garatujas”. Desde as primeiras escritas o traçado deve ser correto e a ortografia convencional. Ninguém tenta compreender o que a criança quis escrever, porque se supõe que não possa escrever nada até ter recebido a instrução formal pertinente (na realidade: é melhor que não escreva até não saber grafar de modo conveniente). Ninguém tenta retraduzir o que a criança escreveu, porque lhe nega o direito de aproximar-se da escrita por um caminho diferente do indicado pelo método escolhido pelo professor.

Difícilmente uma criança quando estiver em processo de aquisição da língua escrita, irá conseguir escrever de uma forma que todos consigam entender. Porém, o papel dos educadores e familiares aqui, não é desqualificar as tentativas das crianças. Então, por mais que de imediato os professores ou as famílias não compreendam aquela grafia, é interessante que eles, através de diálogos com a criança, busquem descobrir o que ela quis expressar por meio daquela escrita espontânea, mostrando para o estudante que suas aprendizagens são importantes.

Figura 3: Nível 1 de escrita (Garatuja)



Fonte: Cantinho da coordenação pedagógica (2011)

Sendo assim, compreende-se que a BNCC em seus escritos, não mostra que o contato do educando com a leitura e a escrita devam ser inexistentes na Educação Infantil, porém, ela também não destaca a prática de alfabetizar como prioridade nessa etapa. É preciso que a

criança tenha, antes de tudo, maturidade para compreender o que significa aquele processo no qual ela vai ser inserida, ou seja, que ela compreenda primeiro qual a relevância da escrita e da leitura em sua vida, para que assim ela desenvolva seu interesse por essa atividade.

Além disso, o documento mostra diversas habilidades que devem ser trabalhadas e desenvolvidas nas crianças antes de ler e escrever, preservando seus interesses, sua maturidade intelectual e principalmente sua infância. O desenvolvimento da própria coordenação motora fina, ganha espaço dentro da Educação Infantil, permitindo primeiramente que a criança aprenda a manusear um lápis, antes que se solicitem a escrita de uma palavra.

Vale ressaltar que em meio à aquisição de todas essas habilidades, o lúdico se faz presente, afinal, não se pretende, dentro da educação infantil, tirar da criança o prazer pelo brincar, pelo contrário, busca-se, com todas essas atividades divertidas, mostrar para o educando que a escola é um local onde também é possível aprender brincando, mostrar não somente para os estudantes, mas também para os responsáveis, auxiliando enfim, na desmistificação da ideia do “é só brincar”.

2.2. O processo de alfabetização na Educação Infantil: tessituras fundamentais sobre leitura e escrita

Falar sobre o processo de alfabetização na Educação Infantil, ainda pode ser visto como um tabu, em que profissionais e pesquisadores possuem dificuldade de entrar em um “acordo” sobre o que é “certo” e o que é “errado” nesse processo. Dessa maneira, o que acaba acontecendo é que alguns professores fogem do assunto, enquanto outros ultrapassam o limite do que estaria adequado para essa etapa da educação básica.

Nesse sentido, Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023, p. 5) abordam que “a questão que se coloca, não é se a criança pode ou não ser alfabetizada antes dos seis anos, mas como realizar esse processo respeitando as devidas particularidades de socialização e de ludicidade essenciais na Educação Infantil”. Dessa forma, percebe-se que na maioria das vezes o que falta aos docentes atuantes nessa etapa são orientações mais precisas, para que nas duas redes de ensino, público e privado, as crianças tenham o mesmo acesso e oportunidade de desenvolvimento da alfabetização, levando sempre em consideração se as metodologias adotadas estão de acordo com a faixa etária dos estudantes.

Ressalta-se que as crianças já começam a ter contato com a língua escrita antes mesmo de serem introduzidas de forma convencional nas escolas. Ao folhear livros, observar letreiros e fingir que estão lendo ou escrevendo, as crianças já estão demonstrando interesse por essa atividade. É nesse momento que deve entrar a atuação do docente alfabetizador, para continuar

estimulando a prática, de forma leve e espontânea, sem colocar sobre as crianças uma perspectiva de que o processo de ler e escrever é algo cansativo e enfadonho. Desse modo, como afirma Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023) “essas ações relacionadas aos processos de alfabetização e letramento podem ser ampliadas na educação infantil respeitando as infâncias e suas especificidades”.

Ao se falar sobre alfabetização de crianças com 4 e 5 anos, é importante pensar-se em trabalhar, primeiramente, apresentando esse mundo para elas, mostrando de que maneiras a leitura e a escrita podem ser úteis no cotidiano, para que assim elas tenham compreensão do motivo pelo qual aquele processo está sendo iniciado em sua vida. Ao tentar introduzir diretamente a gramática e ortografia correta, pode resultar em uma resistência por parte do discente no momento dos estudos, pois ao perder o caráter lúdico, a criança pode perder o interesse em aprender. É preciso que as escolas, tanto públicas quanto particulares, abandonem a prática do ensino baseado em apenas “decorar” o conteúdo. Pensar na alfabetização por esse viés é ensinar as crianças a codificar e decodificar a língua, não que esses não façam parte da etapa de aquisição, porém, reduzir a alfabetização a esses dois termos, é basicamente contribuir para que o sujeito leia e escreva, mas não consiga compreender. Nesse sentido, Silva, Brito e Brito (2024, p.135) afirmam:

Na Educação Infantil, a leitura e a escrita necessitam ser apresentadas de forma significativa, repleta de sentidos, para que despertem o gosto e o envolvimento das crianças com diversos gêneros discursivos, sem desconsiderar o trabalho com as diferentes linguagens (oral, plástica, musical, entre outros) e, tampouco, sem deixar de lado as singularidades da primeira etapa da educação básica, cujo objetivo é promover o desenvolvimento integral da criança.

Com essa afirmação, pode-se concluir que, assim como Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023), citados anteriormente, nesse mesmo tópico, os autores Silva, Brito e Brito (2024), não discordam que na Educação Infantil possa ser iniciado o processo de alfabetização, mas enfatiza-se a necessidade de se olhar essa etapa da educação básica, como um local também destinado a desenvolver outras habilidades (já citadas no início deste trabalho) sem que esteja completamente focado nas práticas alfabetizadoras.

Analisando essas discussões, entende-se o motivo de muitos se absterem do debate sobre o assunto em questão. Se falar sobre alfabetização no Ensino Fundamental já é um papel complexo, mesmo muitos profissionais iniciando essa prática nessa etapa, imagina falar sobre esse ato na Educação Infantil, onde ainda existe uma dúvida constante, principalmente entre os educadores. Mesmo sendo uma discussão necessária, nota-se que ainda existem algumas

divergências, causando um “medo” entre os profissionais no momento de assumir uma opinião e, por esse motivo, as pesquisas nesse âmbito se fazem tão relevantes, para que existam mais documentos científicos para nortear essa prática.

Além disso, enfatizamos aqui a necessidade de mais debates sobre o assunto no âmbito educacional, em proporções nacionais, para que os professores sejam norteados por uma “linguagem única”, no sentido de que, se em uma esfera da sociedade as crianças de 4 e 5 anos estão sendo alfabetizadas, que na outra esfera o mesmo aconteça. Afinal, se o objetivo da BNCC é nortear a construção de currículos e principalmente garantir às crianças o direito de aprender de forma plena, que esse documento, de alguma forma, seja reformulado, dando mais ênfase nessa questão, para que educadores e educandos de instituições públicas e privadas, tenham as mesmas possibilidades de ensino.

Sabendo das possibilidades de questionamentos sobre os professores se informarem acerca desta temática por meio de formação continuada (não minimizando a importância da formação continuada), ressaltamos aqui a sobrecarga alegada pela a maioria desses profissionais, muitas vezes não possuindo tempo sequer para as demandas do trabalho. Sendo assim, com um “martelo batido” por documentos oficiais da educação, as coordenações os dariam orientações precisas, e assim, de forma justa, as crianças teriam seu processo de alfabetização e letramento iniciado ao mesmo tempo, sejam elas de escolas públicas ou particulares.

Assim sendo, de quais maneiras os profissionais poderiam trabalhar a leitura e escrita com crianças pequenas, levando em consideração as rotinas já existentes nas salas de educação infantil? Nesse sentido, Brandão e Leal (2022, p. 30) nos sugerem que:

É preciso, finalmente, considerar que a leitura e a escrita não devem fazer parte do currículo da Educação Infantil como uma disciplina isolada, mas sim integrar projetos de trabalho em que as crianças estão envolvidas, bem como entrar nas atividades de sua rotina no ambiente educativo, de modo a não quebrar o significado assumido por essas ferramentas na nossa cultura.

Aqui, pode-se compreender que a introdução dessas ferramentas entendida como necessárias para a vida na sociedade, deve ser realizada de maneira que as crianças não saiam de suas rotinas já estabelecidas. Dessa maneira, nota-se que nas próprias dinâmicas de “chamadinha”, “bom dia”, entre outras, os docentes podem estar estimulando nos aprendizes essa curiosidade e desejo pelo aprender, sem que eles percebam essa inserção como algo estranho e gerador de receios.

Além disso, o trabalho sendo realizado por esse viés poderá ser respaldado no próprio

documento norteador da educação básica, uma vez que a criança poderá se expressar de diferentes maneiras, possuindo a leitura e a escrita apenas como mais possibilidades, às enxergando como fontes viabilizadoras para diversas situações do cotidiano, sendo importante estimular na criança a percepção de como poderão fazer o uso dessas ferramentas na comunicação, nas brincadeiras e nas atividades do cotidiano.

Sendo assim, entende-se que esses estímulos podem ser discutidos entre família e escola, para que haja uma continuidade em casa, e o interesse não seja apresentado apenas nas mediações da escola. Esse diálogo entre responsáveis e professores, podem contribuir para o desejo da criança em aprender, podendo ser observado como um fator favorável para que os discentes compreendam que essa aprendizagem vai ser útil para a vida e não somente enquanto estiverem na escola, ou seja, compreender o valor social dessa aquisição.

Entendendo esses quesitos, é preciso agora que se pense em maneiras de se trabalhar. Para isso, as autoras citadas anteriormente trazem em seus escritos, sugestões de atividades, sendo elas (Brandão; Leal, 2022, p. 24-29):

- a) Atividades que promovem práticas de leitura e escrita significativas e semelhantes às vivências no contexto extraescolar;
- b) Atividades que promovem a escrita e a leitura pelas próprias crianças;
- c) Atividades e jogos que estimulem a análise fonológica de palavras com e sem correspondências com a escrita;
- d) Atividades e jogos que estimulam a identificação e escrita de letras e o reconhecimento global de certas palavras;
- e) Atividades e jogos que estimulam a discriminação perceptual e coordenação visomotora.

Em síntese, é sugerido que a criança participe ativamente das propostas de atividade, para isso, os docentes aparecem como mediadores, leitores e/ou escribas, introduzindo o conteúdo e orientando os pequenos. A criança deverá entender, por meio dessas atividades, que elas podem se comunicar e se expressar através da escrita, podendo serem estimuladas a escreverem cartas, cartazes ou realizarem leituras coletivas dos seus livros preferidos.

Dessa forma, entende-se que com essas propostas, existe a preocupação em fazê-las perceber que a escrita não serve apenas para a realização de atividades escolares, fazendo com que elas identifiquem a função social da mesma, podendo acontecer de forma semelhante com a leitura. Como proposta de atividade, o professor(a) poderá solicitar que os alunos escrevam essas cartas um para o outro e, assim, a leitura seria introduzida por um viés de interesse da criança, ou seja, tentar descobrir o que o colega escreveu, afinal, a criança é movida por uma curiosidade, e essa deve ser explorada de forma adequada. Vale ressaltar que, de acordo com o nível das crianças, espera-se que a escrita e leitura, no caso das cartinhas trocadas entre os

alunos, aconteça de forma espontânea, sabendo que durante a atividade, a leitura pode se apresentar em forma de “faz de conta”.

Permitir que as crianças tenham essa oportunidade de escrita e leitura mais “livre”, ainda que com mediações do professor(a), pode estimular seu interesse e autonomia nas atividades. O aluno poderá perceber que, mesmo em sala de aula, pode se comunicar com seus colegas através de uma escrita e ainda ser interpretado por eles através da leitura. Nesse sentido, além de estarem sendo inseridos e encaminhados para a alfabetização, os alunos estarão exercitando a imaginação, fator que pode ser considerado indispensável na infância.

Além disso, pode-se observar o peso dessas atividades para a alfabetização de alunos de Educação Infantil, quando Girão e Brandão (2023, p. 44) falam que:

A escrita espontânea, também chamada de escrita inventada, assim como a leitura livre (momento em que as crianças escolhem livros para explorá-los da forma como querem e como sabem) são especialmente importantes na Educação Infantil, pois nessas situações os pequenos experimentam os papéis de leitores e escritores utilizando suas próprias estratégias e ferramentas de ação e compreensão. Isso proporciona uma base de autonomia e de autoconfiança muito importante nesses primeiros passos da sua relação com a linguagem escrita.

Nas “atividades que promovem a escrita e a leitura pelas próprias crianças”, o adulto deixa de aparecer com a função de escritor e esse protagonismo é entregue nas mãos das crianças, de forma que ela perceba que também possui essa capacidade. “Estão inseridas neste grupo as atividades que buscam estimular a leitura e a escrita pelas próprias crianças em situações em que elas “fazem de conta” que leem e escrevem” (Brandão; Leal, 2022. p.25). Ou seja, a atividade anteriormente apresentada, em que as crianças realizam a troca de cartas, poderia também ser aqui inserida, pois mesmo que não haja de fato a presença de uma ortografia formal, essa seria uma maneira de entregar-lhe essa possibilidade. Além disso, nessa perspectiva, fica aos adultos a “lição de casa” de acolher o processo de aquisição das crianças, não ignorando as chamadas “garatujas”, sendo importante que busquem, por meio do diálogo, compreender o que a criança quis reproduzir.

Na proposta “c”, as crianças passam a compreender que as palavras não devem ter necessariamente ligação com o formato físico do objeto observado, como por exemplo, imaginar que a palavra “LEÃO” deva ser maior que a palavra “FORMIGA” devido ao tamanho dos dois seres. Sendo assim, as autoras propõem jogos que auxiliem na percepção desse ponto citado e de análise fonológica, enfatizando que a ludicidade é indispensável dentro da educação infantil. Os jogos podem se apresentar como excelentes contribuidores nessa fase, pois a criança, unido ao seu interesse pela brincadeira, ainda estará aprendendo.

Compreende-se que muitas vezes essas propostas não são cogitadas devido à falta de recursos, porém, não é necessário que os jogos sejam comprados. O docente pode produzir esse recurso com materiais mais acessíveis, solicitando a contribuição da instituição, ou melhor, o educador pode está colocando a confecção como uma oficina com a participação dos estudantes, fazendo com que o interesse deles aumente ainda mais, pelo fato de terem participado de todo o processo, desde a produção do jogo, até o uso final, ou seja, o momento de brincar/aprender, concordando que “o importante para a escolha ou a criação de um jogo é que ele atenda ao objetivo” (Soares, s.d., p. 88).

Entende-se essas propostas como relevantes ao tema, pois elas, mais uma vez, deixam evidente a preocupação de desenvolver atividades que respeitem o nível dos estudantes, enfatizando a brincadeira e os jogos como pontos essenciais dentro dos processos de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, mostra-se que uma brincadeira com intencionalidade de ensinar, desde que a criança tenha interesse pela mesma, pode contribuir de forma significativa com a aquisição da alfabetização, assim como já mencionado neste trabalho através de Kishimoto (2017).

Diante da análise da proposta “d”, entende-se que as práticas de repetição devem ser minimizadas também quando se deseja alfabetizar na Educação Infantil, no sentido de procurar novas metodologias de ensino, utilizando sempre da estratégia de priorizar aquilo que gera interesse nos alunos. Como já mencionado, a própria “chamadinha” pode introduzir o processo de leitura e escrita, uma vez que a dinâmica possibilita aos discentes o encontro com várias letras, por meio da escrita do próprio nome e também dos colegas, dando ao profissional da educação, possibilidades para ensinar o nome das letras, por exemplo.

Segundo Albuquerque e Leite (2022, p. 93)

Se acompanharmos o desenvolvimento das crianças, podemos observar que, ainda muito pequenas, elas já apresentam um interesse crescente para a aprendizagem das letras, principalmente aquelas relacionadas às letras do seu nome, dos seus familiares e dos seus coleguinhas.

Portanto, percebe-se que não é necessário distanciar as crianças do universo que já conhecem para que adentrem em outros.

Na última proposta, mas com certeza não menos importante, as autoras trazem, mesmo que de forma não prioritária dentro do processo de alfabetização, a relevância do desenvolvimento da coordenação motora fina, entre outros aspectos, reforçando aquilo que tanto foi discutido nas páginas anteriores, ou seja, a necessidade de garantir às crianças seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como as habilidades básicas dentro dessa

etapa de ensino (de forma que permaneça o caráter lúdico), afinal, a maioria, senão todas, vão auxiliar no momento de ler e escrever.

Além disso, é sempre bom lembrar que a coordenação motora fina não é desenvolvida apenas quando se fazem exaustivas e repetitivas atividades com lápis e papel, cobrindo ou desenhando letras. Ao construir brinquedos com sucata, nas produções de desenho ou pintura, na brincadeira de balde e garrafas com água na areia ou nas atividades de modelagem, também estamos estimulando os movimentos finos das mãos! (Brandão; Leal, 2022, p. 29-30).

De acordo com as propostas aqui apresentadas, percebe-se que as autoras buscam sempre demonstrar como as brincadeiras e os jogos são auxiliares dentro da educação, desde que esses sejam utilizados com uma finalidade pré-estabelecida, mas também trazendo maneiras de trabalhar com papel e lápis. Ressalta-se ainda, que elas não distanciam as práticas alfabetizadoras das habilidades que precisam ser trabalhadas dentro da Educação Infantil, sempre mostrando que as introduções de conteúdo devem ser feitas a partir dos interesses da turma, de forma que as atividades sejam mais dinâmicas e menos repetitivas.

Nesse sentido, outra proposta de tarefas considerada de “boa qualidade” para crianças de 4 e 5 anos de idade, são as fichas de atividades de linguagem escrita, em que a leitura, a escrita e o desenvolvimento do manuseio do lápis podem ser trabalhados, “desde que tais propostas sejam significativas para elas e não tomem a maior parte do seu tempo, seja na escola, seja em casa” (Brandão; Carvalho, 2022, p. 147).

Além disso, uma proposta comum de se observar nas escolas, que também tem o objetivo de aproximar as crianças da leitura, é a “Mala de Leitura”, podendo ser encontrada com algumas variações de nomes, de acordo com a escola, como por exemplo, “Mala Viajante” ou “Maleta Viajante”. Nesse projeto desenvolvido pelas escolas, livros são escolhidos e enviados para casa, dentro de uma pasta em formato de maleta, seguindo um rodízio para que todos tenham acesso. Durante algumas experiências na educação foi possível observar de perto o desenvolvimento dessa atividade, tanto na rede pública (durante o estágio), quanto na rede privada. “A proposta é que os livros sejam lidos pela mãe, pelo pai ou por alguém próximo que saiba ler, juntamente com a criança” (Rosa, Brandão, 2022, p. 167). Sendo assim, observa-se que esse projeto é, além de um método para aproximação da literatura, uma forma de aproximar a família das ações escolares, podendo contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante.

Dessa maneira, considera-se que as propostas apresentadas acima, podem servir como orientações para aqueles que desejam iniciar o processo de alfabetização da turma, mas ainda não sabem como. Adiante, já possuindo base teórica de como esse procedimento pode acontecer

sem gerar prejuízo para os aprendizes, investiga-se como esse processo está acontecendo de fato em algumas salas de aula e de que forma as famílias e os docentes enxergam a prática de alfabetizar na Educação Infantil, analisando se esses estão caminhando juntos ou em contramão das propostas apresentadas.

3 APORTES METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Nessa seção do trabalho, apresenta-se a metodologia, de forma que o leitor compreenda os caminhos percorridos para a realização da pesquisa. Nos próximos tópicos, estarão descritos o tipo de pesquisa, bem como o instrumento de produção de dados.

A metodologia, nada mais é que a caracterização da pesquisa, podendo ser considerada os caminhos percorridos pelo trabalho, sendo a seção em que o pesquisador irá expor os meios utilizados para chegar aos resultados desejados. “A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 14).

3.1 Diálogos iniciais com a caracterização da pesquisa

O presente escrito apresenta uma pesquisa qualitativa, pelo fato de “não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 69). Com isso, a construção do referencial teórico se deu por meio da pesquisa bibliográfica. De acordo com Lakatos (2003, p. 158) “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Desta maneira, buscou-se trabalhar com escritos de autores que dialogam a respeito da temática em questão, como Brandão e Leal (2022), Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023), entre outros, além do documento norteador da educação básica, a BNCC. No que diz respeito aos procedimentos, foi desenvolvido uma pesquisa de campo, sendo definida como “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 186), possuindo o intuito de conhecer as nuances do processo de apropriação da leitura e da escrita na Educação Infantil. Além disso, a pesquisa de campo proporciona ao pesquisador uma aproximação maior do objeto de estudo, abrindo a possibilidade de observar questões mais específicas.

Sendo assim, após a decisão tomada, entrou-se em contato com uma escola da rede privada para solicitar autorização do estudo de campo e, em seguida, dar-se início a produção dos questionários destinados aos professores e aos familiares.

3.2 O questionário na pesquisa qualitativa em educação: os procedimentos de produção de dados

O processo de produção de dados é uma etapa de extrema relevância dentro de uma pesquisa científica, tendo em vista que nessa situação o pesquisador precisará colher dados relevantes sobre o seu objeto de estudo, de forma que eles sejam úteis para a pesquisa, sempre levando em consideração o bem-estar dos envolvidos no estudo, de maneira que esses se sintam confortáveis para disponibilizar informações verídicas, de acordo com o que lhes for questionado.

Dessa maneira, a pesquisa buscou reunir esses dados por meio de um questionário, tendo como objetivo compreender o que pensam famílias e professores acerca do processo de alfabetização na educação infantil. “O questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados” (Prodanov; Freitas 2013, p. 108).

Nessa intenção, foram elaborados dois questionários estruturados com questões abertas, sendo um destinado aos docentes e o outro aos pais, mães e/ou responsáveis. Aos docentes, foram destinadas dez questões, enquanto aos pais, mães e/ou responsáveis, apenas 6, sendo que nos dois casos (docentes e pais, mães e/ou responsáveis) nas duas primeiras questões buscou-se traçar um perfil dos entrevistados.

Em relação às oito perguntas restantes destinadas aos professores, questionou-se sobre a forma que a alfabetização é trabalhada na Educação Infantil. Já no questionário destinado aos familiares, as quatro perguntas restantes foram indagações acerca do desejo que esses possuem em relação a alfabetização dos seus filhos de 4 e 5 anos.

Referente às contribuições dos envolvidos no estudo, ressalta-se o interesse de dialogar, de início, com três professores e seis familiares, porém, o retorno foi dado apenas por dois docentes e cinco responsáveis.

No que diz respeito à aplicação dos questionários, o contato com os professores ocorreu pessoalmente, já em relação aos responsáveis, esse contato mais próximo não foi possível com todos, apenas um pai entregou os papéis pessoalmente. Os demais participantes enviaram as respostas pelos filhos, em suas mochilas, sendo que essa foi a forma mais viável encontrada para que os questionários fossem entregues. Essa dificuldade de manter o contato pessoalmente

não distanciou completamente o pesquisador dos entrevistados, tendo em vista que sempre que necessário, o contato por meio da tecnologia foi mantido, visando solucionar eventuais dúvidas.

Ressalta-se ainda, que a devolução dos questionários já respondidos levou em média quatro dias, demonstrando o interesse dos respondentes em suas participações. Destaca-se aqui, que cada participante recebeu duas vias do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), para que os dois papéis fossem assinados, de maneira que um ficasse em posse do participante e o outro fosse devolvido ao pesquisador junto ao questionário.

3.3 Perfil dos colaboradores e contexto empírico do estudo

Após o contato e consentimento da instituição de ensino privada colaboradora da pesquisa em questão, teve-se início os diálogos com as educadoras que, de forma atenciosa, aceitaram responder ao questionário sendo que, como já mencionado, três educadoras aceitaram o convite, porém, apenas duas deram uma devolutiva. Desta maneira, com o objetivo de manter preservada a identidade dos respondentes, aqui os seus nomes não serão citados, sendo utilizado apenas as denominações “Educadora A” e “Educadora B”, como apresentado no quadro a seguir.

QUADRO 1 - Perfil profissional das educadoras

Nome	Idade	Sexo	Formação Acadêmica	Carga Horária Semanal	Turno em que leciona	Tempo de experiência docente
Educadora A	46 anos	F	Pedagogia Pós-graduação	20 horas	Manhã	22 anos
Educadora B	40 anos	F	Pedagogia Pós-graduação	20 horas	Manhã	4 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Como visto no quadro 1, para a escolha das respondentes, foram definidos alguns fatores pertinentes ao teor da pesquisa, como por exemplo: ser formada em Pedagogia, atuar na Educação Infantil e ser titular em turmas com crianças de 4 e 5 anos de idade. Além disso, observa-se que a “Educadora A” possui mais de 20 anos de atuação na docência, sendo que desses anos, 15 são dedicados à educação infantil, mencionando ainda que realizou pós-graduação em Práticas Educacionais Inclusivas. Em relação a “Educadora B”, destaca-se que o seu início como educadora, foi em turmas de crianças com 4 anos de idade, possuindo especialização em Educação Infantil.

QUADRO 2 - Perfil dos pais, mães e/ou responsáveis

Nome	Idade	Sexo	Formação Acadêmica	Profissão
Responsável I	37 anos	F	MBA em Marketing	Publicitária
Responsável II	55 anos	M	Graduado em Odontologia	Cirurgião-dentista
Responsável III	37 anos	F	Licenciada em Pedagogia	Pedagoga
Responsável IV	31 anos	F	Serviço Social	Assistente Social
Responsável V	Não informado	F	Docência no ensino superior e Biologia Vegetal	Professora

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Como observado no Quadro 2, assim como na escolha dos educadores, também houve um critério para os responsáveis que desejassem participar da pesquisa, ou seja, esse participante precisaria ter um filho matriculado em uma série que atendesse crianças de 4 ou 5 anos de idade. Além disso, nota-se que todos os participantes possuem mais de 30 anos de idade e uma formação acadêmica, sendo que as responsáveis III e V possuem uma formação voltada para a educação. Vale ressaltar que todos os participantes da pesquisa atenderam aos critérios adotados pela pesquisadora e, mesmo não possuindo formação voltada para a área da educação, todos responderam às perguntas propostas.

No que diz respeito ao contexto empírico da pesquisa, foi em uma escola de rede privada, localizada no município de Oeiras, localizado no estado do Piauí, à aproximadamente 280km da capital Teresina. A instituição dispõe de três modalidades de ensino, sendo elas Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, contabilizando um quadro com mais de 30 funcionários, estando inclusos vigias e auxiliares gerais.

3.4 A análise de conteúdo na perspectiva alfabetizadora: conceito e características

No que tange a análise, tem-se como base a análise de conteúdo, proposta de Bardin (2011). Inicialmente, foram realizadas leituras cuidadosas do material adquirido, em seguida, categorizou-se o corpus da pesquisa, a partir de reflexões oriundas das perguntas selecionadas para o questionário, analisando e levando em consideração cada resposta disponibilizada pelos participantes da pesquisa, de forma que o material fosse explorado significativamente. Assim sendo, a análise ocorre simultânea às reflexões de autores pertinentes à temática em questão. Desta maneira, tem-se início a sessão de análise de dados do estudo em pauta.

4 O QUE É ALFABETIZAÇÃO? CONCEITOS NAS VISÕES DE EDUCADORES E DAS FAMÍLIAS

Inicialmente, buscou-se entender o que seria alfabetização na visão de familiares e docentes envolvidos nessa pesquisa. A princípio, é esperado que os docentes consigam responder esse questionamento com mais facilidade, tendo em vista que o seu processo de

formação na educação o possibilita um contato mais aprofundado na temática (quadro 3). Dessa maneira, a maior surpresa seria entender o pensamento dos responsáveis dessas crianças (quadro 4) e compreender se as suas concepções estão alinhadas com as definições dadas por estudiosos. Vale ressaltar que não será exigido dessas famílias uma resposta científica sobre o conceito, afinal, em boa parte dos casos, as formações acadêmicas dos respondentes se distanciam da temática.

QUADRO 3: Concepções de Alfabetização (visão das educadoras)

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
03 – A partir de suas experiências, o que você pensa sobre alfabetização?	<p>EDUCADORA A- Um dos processos mais importantes da educação, que se inicia muito antes da educação formal, quando a criança começa a ter contato com o ambiente e com a linguagem.</p> <p>EDUCADORA B- A alfabetização é a base para uma boa educação, pois é nela que as pessoas desenvolvem o processo de leitura, escrita, comunicação, ideias e os pensamentos. Trata-se do processo de aprendizagem onde a criança desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada e a partir daí usá-lo como código de comunicação na sociedade.</p> <p>A habilidade de saber ler e escrever pode mudar o futuro de uma criança e é um dos primeiros passos para que ela possa ter um desenvolvimento pleno e saudável, além de ser essencial para novas oportunidades ao longo da vida, seja no âmbito cultural, de lazer e, até mesmo, no mercado de trabalho, com melhoria da qualidade de vida. Vale lembrar que cada criança é única, e que consequentemente, são educados através de sua convivência familiar ou da socialização em outros espaços.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Nota-se nas respostas, que as duas professoras consideram a alfabetização uma etapa importante dentro do processo educacional dos aprendizes, sendo possível perceber que essa prática pode ter início antes mesmo das crianças entrarem em um ambiente educacional formal, como comentado pela Educadora A. Na concepção da Educadora B, observa-se um pensamento também voltado para o uso social dessa língua falada e escrita, além de revelar uma ideia de alfabetização como forma de oportunizar as pessoas futuramente, a relacionando como uma forma de melhorar a qualidade de vida.

Para Magda Soares, importante referência teórica para licenciandos em pedagogia, alfabetização é o “processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita” (Soares, s.d, p. 27). Sendo assim, nota-se que as educadoras possuem um entendimento acerca do processo de alfabetização, enfatizando a leitura, a escrita e também o uso social de ambas as habilidades, possuindo pensamentos condizentes com as afirmações da autora.

Compreendo a visão dos educadores, buscou-se entender como os responsáveis conceituam a alfabetização, como mostrado a seguir, no quadro 4:

QUADRO 4: Concepções de Alfabetização (visão das famílias)

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
03 – Considerando suas concepções, o que você pensa sobre alfabetização?	<p>RESPONSÁVEL I- “Acho que o processo de alfabetização deve ser um conjunto de ações que captam a atenção dos alunos de diversas formas: lúdica, sensorial, ou associações do cotidiano da família e escola. Deve ser um trabalho em equipe”.</p> <p>RESPONSÁVEL II- “A alfabetização está diretamente ligada à dignidade da pessoa humana. Ler, escrever e compreender são pontos cruciais para ingresso a inúmeras habilidades. A alfabetização proporciona o rompimento de certas barreiras sociais e econômicas”.</p> <p>RESPONSÁVEL III- “Na minha perspectiva, alfabetização consiste em um processo de assimilação dos códigos e significados da linguagem, pelo qual uma pessoa aprende a ler e escrever, reconhecer as letras, sons e números”.</p> <p>RESPONSÁVEL IV- “Para mim, alfabetização primeiramente têm que ser um ato de amor. Amar aquela profissão que você escolheu para seguir, pois você vai educar crianças de vários tipos com vários problemas ou crianças sem nenhum tipo de problema. Então, antes de tudo, você tem que amar o que você faz e gostar do que faz, pois existem vários desafios na Alfabetização. Além disso, a Alfabetização é uma das etapas fundamentais na vida de uma criança, pois é a partir desse momento que ela aprende a interpretar, consegue ler e começa a fazer sua história na vida escolar”.</p> <p>RESPONSÁVEL V- “Alfabetização é um dos passos mais importantes para que a criança possa ter desenvolvimento pleno e saudável. A habilidade de saber ler e escrever pode mudar o futuro de uma criança, é nessa fase em que ela começa a aprender o quanto divertido é o mundo das palavras além de ser mágico!”.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Assim como as educadoras, a maioria das famílias trazem em suas contribuições, um conceito mais popular do que seria a alfabetização, ou seja, é o ato de aprender a ler e escrever. É possível perceber que os participantes possuem em suas concepções sobre alfabetização, a ideia de uma prática que possibilita uma inserção mais digna na sociedade, evidenciando suas preocupações em relação ao futuro das crianças em uma sociedade que, como já comentado nas primeiras páginas desse trabalho, exige pessoas capacitadas para ocupações de cargos.

Nesse sentido, entende-se a preocupação das famílias e docentes, porém, é preciso que as crianças vivam esse processo de forma plena, sem precisar se preocupar com quão rápido ela precisará aprender a ler e escrever para assumir um importante cargo em uma grande empresa. Alfabetizar na Educação Infantil exige uma certa cautela, principalmente para que não haja danos. Lembra quando foi falado sobre a fase das garatujas? Então, a passagem por essa fase é imprescindível nas vidas desses estudantes, afinal, ela também faz parte do processo. Sendo assim, aconselha-se que mesmo possuindo essa visão para o futuro, que os adultos não transfiram essa preocupação desnecessária às crianças.

4.1 Afinal, alfabetizar ou não na educação infantil? Diálogos com familiares e docentes

Nesse diálogo, tão importante acerca do futuro de crianças com 4 e 5 anos, no que diz respeito ao processo de alfabetização, entende-se que seria de extrema relevância compreender

o que pensam as famílias e professores sobre a pauta em questão. Sendo assim, indaga-se, em questionário, o que pensam eles sobre alfabetizar ou não na Educação Infantil, permitindo que respondessem livremente, de forma que realmente expusessem suas opiniões como famílias e docentes que estão, até então, em contato com essa área. Dessa maneira, obteve-se as respostas mostradas no quadro a seguir:

QUADRO 5: É obrigatório alfabetizar na Educação Infantil? Concepções das docentes

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
04 – Considerando sua resposta no item anterior, quais suas concepções acerca do processo de alfabetização na Educação Infantil? É obrigatório alfabetizar na Educação Infantil?	<p>EDUCADORA A- O objetivo principal de alfabetização na educação infantil é ensinar a linguagem escrita e a leitura. Não é obrigatório a criança ser alfabetizada ainda na educação infantil, pela lei, ela tem até o 2º ano para aprender a ler, entender o que lê e desenvolver a escrita, no entanto, muitas crianças chegam ao ensino fundamental no nível silábico alfabético ou até mesmo no nível alfabético. Isso vai depender de cada criança, o estímulo que ela recebeu e o acompanhamento que é essencial nesse processo.</p> <p>EDUCADORA B- Não. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever.</p> <p>Atualmente, as crianças devem ser alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental. “Esse é o processo mais complexo: efetivamente passar a compreender que a escrita representa a fala”.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Percebe-se que ambas as professoras concordam que a prática de alfabetizar não é obrigatória, assegurando-se no documento que norteia a educação básica. Porém, a Educadora A, destaca que o processo também depende das particularidades de cada criança, sendo que essas podem ou não concluir a Educação Infantil sabendo ler e escrever. A seguir, observa-se o pensamento dos responsáveis, para compreender se estão em concordância ou não com as educadoras.

QUADRO 6: É obrigatório alfabetizar na Educação Infantil? Concepções dos responsáveis.

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
03 – É obrigatório alfabetizar na educação infantil?	<p>RESPONSÁVEL I- Muito relativo dizer que é obrigatório, pois cada criança vive em um universo diferente, com pessoas e comportamentos diferentes. Então elas recebem os comandos de formas distintas. Cada uma tem seu tempo para absorver e processar o que aprendeu. Por isso acho que não é obrigatório, não deve ser uma conquista coletiva, mas sim, um avanço individual, respeitando as limitações de cada criança.</p> <p>RESPONSÁVEL II- Não necessariamente. O processo de aprendizagem/alfabetização não depende exclusivamente da idade da criança, mas de fatores que determinam a rapidez e facilidade com que ela desenvolve a leitura e a escrita: incentivo da família, do professor, dos procedimentos didáticos. Devemos tentar seguir o ritmo da criança.</p> <p>RESPONSÁVEL III- Não necessariamente, uma vez que cada criança tem um ritmo de desenvolvimento e aprendizagem.</p> <p>RESPONSÁVEL IV- Na minha opinião eu acho que não seja necessário ser totalmente alfabetizado na Educação Infantil, pois é na Educação Infantil que a criança ganha autonomia e estímulos para o processo de Alfabetização.</p> <p>RESPONSÁVEL V- Muito obrigatório! Tanto para o psicológico da criança quanto para o bem estar, pois a leitura e a escrita possibilitam a visão da realidade, uma visão de mundo, uma construção, além de desenvolver pensamentos e ideias.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Nota-se que a maioria dos responsáveis questionados discordam da obrigatoriedade de alfabetizar na Educação Infantil, demonstrando respeito pelas singularidades das crianças. Dessa maneira, percebe-se que mesmo não sendo necessariamente da área da educação, a maioria das famílias compreendem o ritmo dos filhos, estando, de certa forma, em concordância com as concepções das docentes e do documento que norteia a educação, mesmo que não intencionalmente.

Percebe-se, em análise das respostas, que os participantes possuem os pensamentos condizentes com as pautas apresentadas no referencial deste trabalho, uma vez que eles, em sua maioria, não enxergam essa etapa da educação básica como um lugar destinado obrigatoriamente ao ensino da leitura e da escrita, notando a necessidade de se estimular também outras habilidades e respeitar o “ritmo” das crianças.

Porém, percebe-se que esses pensamentos das famílias não anulam o desejo que eles possuem de que essa aquisição seja concluída na Educação Infantil, como será observado no quadro a seguir e anteriormente na fala do Responsável V (Quadro 6), ao responder que é “muito obrigatório”, evidenciando uma opinião contrária aos outros responsáveis. Porém, levando em consideração essa resposta, é importante destacar que “não cabe ao educador pensar nas tarefas, ou em qualquer outro tipo de atividade, simplesmente para atender às pressões das famílias que querem ver seus filhos “produzindo” na escola” (Brandão, Carvalho, 2022, p.162). Ou seja, apenas o desejo de um responsável, não deve ser superior ao planejamento do profissional e tão pouco interferir na fase de aprendizagem de uma turma.

QUADRO 7: Concluir a Educação Infantil alfabetizado? O que pensam as famílias?

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
4- Em observância aos princípios e direitos de aprendizagem da Educação Infantil, você gostaria que o seu filho concluísse a Educação Infantil alfabetizado? Por quê?	<p>RESPONSÁVEL I- Toda mãe se sentiria satisfeita se assim acontecesse, porém, eu não acharia “anormal” minhas filhas não estarem 100% alfabetizadas.</p> <p>RESPONSÁVEL II- Sim! Considero até essencial visto que, nesta fase, a criança começa a desenvolver suas habilidades motoras, socialização, indispensáveis no processo de aprendizagem/alfabetização. Ajuda na compreensão das leituras disciplinas que são ofertadas nas séries iniciais no ensino fundamental.</p> <p>RESPONSÁVEL III- Sim. Porque a alfabetização é um aspecto fundamental da educação de uma criança, pois permite que acesse informações, se comunique, de maneira eficaz e participe plenamente da sociedade. É considerada um direito humano básico e um fator essencial para o desenvolvimento pessoal e social.</p> <p>RESPONSÁVEL IV- Eu como mãe gostaria sim que ele concluísse a Educação Infantil alfabetizado, mas como sabemos, toda criança têm o seu tempo de aprender a lê e escrever, então não cobro muito isso dele pois prefiro esperar o tempo dele nas suas coisas.</p> <p>Mas claro, se ele já sáísse alfabetizado era muito bom, pois para nós pais, isso é gratificante. Ver nossos filhos se desenvolvendo cedo e sendo alfabetizado na idade correta.</p> <p>RESPONSÁVEL V- Sim, me esforço para isso, espero que minhas filhas, assim, como meu filho conclua a alfabetização sabendo ler e escrever. É muito relevante pois a criança só consegue sair bem nas atividades sabendo ler, ao contrário disso, encontrará dificuldades de acompanhar a série, fora outros problemas que pode comprometer nessa fase tão importante que é a alfabetização, portanto ao sair da alfabetização sabendo ler, com certeza não encontrará problemas nas demais séries.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

É possível compreender que os responsáveis possuem entendimento sobre a etapa educacional que os filhos estão, mas que em termos de vontades, eles gostariam que suas crianças fossem alfabetizadas.

Essa espécie de conflito entre “razão e emoção” se faz interessante por permitir a reflexão sobre o cuidado que esses responsáveis possuem com seus filhos, de forma que a maioria não coloca seus interesses pessoais acima da aprendizagem do discente. A intencionalidade deste trabalho não é afirmar sobre um “sim ou não” em relação a essa temática, e sim analisar justamente o pensamento desses membros envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sendo possível perceber que suas falas se relacionam constantemente com as teorias apresentadas anteriormente, sugerindo que mesmo a sociedade cobrando (principalmente das escolas de rede privada) que as crianças sejam alfabetizadas o quanto antes, a maioria dos respondentes demonstram compreender as etapas destinadas a Educação Infantil.

QUADRO 8: Na escola, de que maneira as famílias acompanham o processo de alfabetização? Relato das docentes.

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
10- Na escola, de que maneira você percebe a participação das famílias nesse processo alfabetizador?	<p>EDUCADORA A- Percebe-se que uma criança bem assistida em casa, com acompanhamento adequado e rotina diária, ela tem melhor rendimento na aprendizagem.</p> <p>EDUCADORA B- A família é a primeira referência e modelo de dinâmica social que a criança convive. Portanto, a primeira experiência de alfabetização acontece no ambiente familiar, constituindo-se de base para os pequenos. A família desempenha o papel de incentivar seus filhos da melhor maneira possível no processo de ensino-aprendizagem sempre em busca de melhorias na educação e desenvolvimento intelectual dos seus filhos. Estão sempre aptos a realizar as atividades propostas juntamente com seus filhos, o que faz com que as crianças se sintam motivadas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Em análise, compreende-se que as educadoras consideram importante a participação das famílias dentro do processo de alfabetização, porém, não fica evidente em suas falas de que maneira os responsáveis de fato participam dentro do ambiente escolar. Ainda assim, de maneira resumida, a Educadora B menciona, em sua contribuição, que as famílias realizam as propostas de atividades junto aos seus filhos, de maneira que a criança se sinta mais confiante ao realizá-las.

Mesmo compreendendo que a maioria das famílias possuem um cotidiano sobrecarregado, entende-se que a sua participação na vida escolar dos filhos é de suma importância, além do fato de que o contato direto com os docentes, pode aparecer como um facilitador do processo, minimizando algumas dificuldades, até mesmo no momento de acompanhar as atividades que são enviadas para casa.

Mas na visão das próprias famílias, como eles avaliam sua participação na vida escolar dos filhos? Esta é a compreensão que se pretende ter ao analisar as respostas dos responsáveis respondentes da pesquisa.

QUADRO 9: Na escola, de que maneira as famílias acompanham o processo de alfabetização? Relato dos responsáveis.

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
6- Você acompanha o processo de alfabetização do seu filho? De que maneira?	<p>RESPONSÁVEL I- Sim. Sempre pergunto o tema da semana. Confiro os cadernos e tarefas. Também faço atividades extras.</p> <p>RESPONSÁVEL II- Sim! Fazendo as atividades propostas pela escola, estimulando a leitura de pequenas palavras que surgem no cotidiano da criança, incrementando o processo de aprendizagem através de aulas de reforço.</p> <p>RESPONSÁVEL III- Sim. Incentivando as leituras, atividades e projetos desenvolvidos pela escola com a finalidade de alfabetizar.</p> <p>RESPONSÁVEL IV- Sim, acompanho bem de perto. O meu filho faz aulas particulares, mas quando ele chega sempre pego as tarefas e reviso com ele tudo novamente. Aos finais de semana a gente sempre tira um momento e faz brincadeiras com o que ele estudou no decorrer da semana. Gosto sempre de questioná-lo sobre tudo que ele ver na escola e assim a gente vai vendo o desempenho dele e ver o que ele entende passo a passo.</p> <p>RESPONSÁVEL V- Sim. Reforço diariamente a leitura nos livros, mediante métodos diversificados aplicados na hora de ensinar, tento desenvolver na criança curiosidade, autonomia e consciência crítica, reforçando constantemente que é através disso que irão resolver os problemas do dia a dia, facilitando na resolução de atividades. Tenho em mente que é crucial, em todas as áreas de conhecimento, todas as crianças deveriam aprender no tempo certo, para que consigam seguir sua vida com sucesso, com alegria e entusiasmo, por isso acompanho com efetividade a leitura e escrita dos meus filhos.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Nota-se, com as respostas, que todos os responsáveis possuem o cuidado de acompanhar o processo de alfabetização das crianças, mesmo que alguns participem de aulas de reforço. Além disso, é possível compreender através das respostas, que eles estão presentes na escola, mesmo que não tenha sido possível perceber, com clareza, esse companheirismo na resposta das docentes.

Perceber que a maioria dos responsáveis assume seu papel dentro da aprendizagem dos filhos é extremamente importante, pois desta maneira entende-se que esse processo não fica restrito aos muros escolares. Outro fator que merece destaque, são os projetos desenvolvidos pela escola, que visam estimular o processo de alfabetização, como citado pelo responsável III. Embora o desenvolvimento desses projetos não tenha sido mencionado pelos respondentes, nota-se que a escola e os professores que atuam na etapa de alfabetização, procuram de fato estimular tal acontecimento, uma vez que na instituição existem projetos que evidenciam essa finalidade.

Ao analisar as respostas tanto das famílias quanto das docentes, percebe-se que a o acompanhamento é de fato uma prioridade, o que se destaca positivamente, principalmente se for levado em consideração que o dia a dia desses responsáveis normalmente é preenchido por seus afazeres profissionais, e que, mesmo assim, eles dão a educação dos filhos, a devida valorização.

Agora, desconsiderando questões de obrigatoriedade e possuindo como base a experiência das educadoras, resolve-se questionar sobre as possibilidades sobre se alfabetizar na Educação Infantil, assim como mostrado no quadro a seguir.

QUADRO 10: A alfabetização em termos de possibilidades (concepção das professoras)

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
09- Na sua concepção, é possível alfabetizar na educação infantil?	<p>EDUCADORA A- É possível sim. Principalmente se houver a parceria escola/família.</p> <p>EDUCADORA B- A leitura é um dos principais meios para desenvolver importantes habilidades para o processo de alfabetização, como a memória, a imaginação e a atenção. O processo de alfabetização prepara a criança para o aprendizado da leitura e da escrita.</p> <p>Na educação infantil é possível sim alfabetizar a criança, mas não é obrigatório, pois é nessa etapa que se dá início aos estímulos para ativar esse processo.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Ambas as professoras consideram possível a alfabetização na Educação Infantil, destacando o que foi comentado no quadro anterior, ou seja, a importância da parceria entre escola e família, bem como o entendimento sobre a não obrigatoriedade, “dessa forma, consideramos que a Educação Infantil pode e deve potencializar as interações das crianças com a linguagem escrita, assim como as outras linguagens, constituindo-se um ambiente respeitoso às culturas infantis e às singularidades de cada criança” (Girão, Brandão, 2023, p.42).

Tanto a educadora A, quanto a Educadora B possuem um tempo significativo de contribuição para a educação, o que pode servir como respaldo para as suas respostas, uma vez que em tantos anos de experiências, elas sabem quantas crianças adquiriram a habilidade de ler e escrever na primeira etapa da educação básica, conhecendo bem as facilidade e dificuldade que podem aparecer ao longo de um ano letivo, mesmo sabendo que cada sala de aula é única em seu tempo de aprender.

A partir de agora, buscara-se compreender de que maneira as professoras de fato trabalham o processo de alfabetização dentro de suas salas de aula, no que diz respeito às suas práticas pedagógicas, bem como se estas seguem o documento norteador da educação como base para seus planejamentos.

QUADRO 11: Caracterização das práticas pedagógicas na perspectiva alfabetizadora

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
05- Como você caracteriza sua prática pedagógica na perspectiva alfabetizadora?	<p>EDUCADORA A- Desafiadora. Cada turma que recebo apresenta suas especificidades, isso faz que busquemos novas metodologias e aprendamos cada vez mais. Nenhuma turma de crianças é igual a outra, temos que buscar novas estratégias.</p> <p>EDUCADORA B- No ciclo da alfabetização, a preocupação central é de que o professor garanta a apropriação da criança do sistema de escrita alfabética, e que consequentemente faça o uso da leitura e da escrita para as diversas situações de vida diária.</p> <p>Também é direito da criança adquirir conhecimentos diversos de outros componentes curriculares, além de língua portuguesa. Procuo sempre:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Identificar o que cada criança da turma já sabe... · Realizar atividades que envolvam a escrita... · Realizar atividades com foco para avaliar as práticas de linguagens · Trabalhar com projetos envolvendo toda a turma...

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

De acordo com as contribuições, percebe-se que as práticas pedagógicas acabam sofrendo alterações de acordo com a turma em que se leciona, tornado o trabalho um tanto “desafiador” como destacado pela Educadora A.

Com base na fala da Educadora B, pode-se considerar que sua estratégia de ensino é bem válida, sendo que “identificar o que cada criança da turma já sabe” acaba sendo uma forma de conhecer o nível de cada turma e avaliar suas possíveis evoluções ao longo de um semestre letivo, por exemplo, uma vez que essa sondagem seja realizada no início de cada ano.

QUADRO 12: a caracterização das práticas pedagógicas na Educação Infantil

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
05- Como você caracteriza sua prática pedagógica na educação infantil considerando o contexto alfabetizador?	<p>EDUCADORA A- Gratificante. Trabalhar com crianças na educação infantil é um processo mágico, pois a criança se comunica, aceita a existência do outro, estabelece relações sociais, constrói conhecimentos, vibra a cada nova conquista e assim ganhamos novas experiências.</p> <p>EDUCADORA B- A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade em seus aspectos físicos, afetivos, intelectual, linguístico, social, integrado a ação da família e da comunidade. Procuo buscar estratégias para aplicar práticas pedagógicas que buscam assegurar e garantir o desenvolvimento pleno na construção da autonomia, na exploração do mundo, garantindo e respeitando seus direitos de forma lúdica, considerando a criatividade de cada um.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Nas colocações das duas docentes, percebe-se que as práticas pedagógicas na Educação Infantil, sempre termina dando espaço e priorizando o desenvolvimento pleno das crianças, mesmo que algumas vezes o debate sobre a alfabetização se intensifique.

O que precisa ser compreendido, é que estimular os discentes a se introduzirem em um mundo letrado, não significa ter que distanciá-lo de sua infância. Quando as professoras e as famílias colocam em suas falas a importância de que haja alguns estímulos voltados para a leitura e a escrita, não significa dizer que os alunos devam ser distanciados do seu mundo lúdico.

É conveniente que esse processo seja iniciado em sintonia com a leveza da infância, como já mencionado tantas vezes nesse escrito, de forma que seja respeitado todas essas questões colocadas pelas professoras, como por exemplo, o estabelecimento de relações sociais, a construção da autonomia e a exploração do mundo.

Dito isto, se fez oportuno questioná-las sobre suas ações em sala de aula, no que diz respeito às metodologias utilizadas para desenvolver nas crianças as habilidades atribuídas ao contexto alfabetizador.

QUADRO 13: de que maneira as habilidades de leitura e escrita estão sendo desenvolvidas na Educação Infantil?

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
07- Como você desenvolve as habilidades de leitura e escrita de seus alunos da educação infantil?	<p>EDUCADORA A- Desenvolvemos projetos de leitura e escrita, onde a criança interage através de rodízios de leituras, oficinas com atividades lúdicas, leitura individual e em grupo, etc.</p> <p>EDUCADORA B- As habilidades de leitura e escrita na educação infantil posso desenvolver por meio de jogos, brincadeiras e experiências sensoriais, pois é através delas que as crianças têm a oportunidade de explorar a linguagem escrita de forma natural e envolvente. Essas atividades estimulam a imaginação, a criatividade e despertam o interesse pela leitura e escrita. Faço o uso também do incentivo com o contato com os livros, leio histórias para a partir delas direcionar conteúdos, incentivo a criatividade em forma de desenhos etc.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Observa-se que as duas docentes priorizam questões lúdicas, evidenciando suas compreensões sobre a relevância das brincadeiras durante o processo e atividade que estimulem a curiosidade e o interesse dos estudantes. Na fala da Educadora A, encontra-se novamente a referência sobre os projetos desenvolvidos na instituição que, assim como mencionado pelo Responsável III (Quadro 9), possuem a finalidade de alfabetizar.

A partir das falas das respondentes, compreende-se que a escola em questão aparenta possuir um interesse de que os alunos do chamado “infantil V”, já adentrem no ensino fundamental alfabetizados, tendo em vista que a instituição programa atividades e projetos exclusivamente voltados para a temática. Porém, o que não se pode deixar de pontuar, é o cuidado e compreensão que, tanto a família quanto as educadoras, possuem em relação aos interesses da infância e o tempo de cada estudante, demonstrando que apesar de cumprir o currículo da escola, valoriza as singularidades das turmas.

Mas afinal, todas essas práticas e fazeres pedagógicos mencionados pelas professoras, estão de acordo com a BNCC? É exatamente isso que buscou-se analisar através de uma das perguntas propostas no questionário.

QUADRO 14: As escolas e educadores realmente utilizam a BNCC como base?

QUESTÕES PROPOSTAS	CONTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
08- Considerando que os alunos são crianças da educação infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estão sendo trabalhados simultaneamente com o processo de alfabetização? Como?	<p>EDUCADORA A- Com certeza. Promovendo experiências onde as crianças possam fazer observações, manipular objetos, pesquisar, levantar questionamentos, buscar respostas para suas curiosidades.</p> <p>EDUCADORA B- Sim. Pois os materiais didáticos que são imprescindíveis estão sempre atualizados, isso leva o aluno a compreender diferenças entre escritas e outras formas gráficas; dominar letras maiúsculas e minúsculas, letras cursivas e letra de forma; conhecer o alfabeto; saber decodificar palavras e textos escritos etc.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimentos previstos na BNCC, assim como mencionado, são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, já tendo suas definições expostas anteriormente. Sendo assim, de acordo com as falas das respondentes, nota-se que o processo de alfabetização praticado pela Educadora A se baseia no documento, tendo em vista que a profissional permite que a criança participe, explore e se expresse, de forma que elas não associem o processo a algo mecânico. Além disso, é mencionado pela Educadora B, que os livros utilizados na escola seguem e são baseados na BNCC, sendo assim, os professores da instituição que lecionam nessas séries podem estar sempre consultando esse documento através do material didático, como os livros e paradidáticos.

Desta maneira, conclui-se essa seção considerando que a maioria dos responsáveis e as professoras, compreendem a delicadeza em se tratar sobre essa temática, demonstrando compreensão em relação ao tempo de aprendizagem de cada crianças e as especificidades presentes na Educação Infantil, embora eles desejem que os filhos sejam alfabetizados. Vale ressaltar ainda, a confiança que as famílias possuem nas metodologias das professoras, não permitindo que as suas vontades se sobressaiam em relação a formação das profissionais. Sendo assim, fecha-se essa seção para dar-se início aos aspectos conclusivos da pesquisa, tendo como base os dados apresentados nessa e nas seções anteriores.

5 ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

Por meio da pesquisa realizada, com o objetivo de analisar o que pensam as famílias e os professores acerca do processo de alfabetização das crianças na Educação Infantil, conclui-se algumas questões. Primeiramente, que mesmo não havendo tantos diálogos sobre a obrigatoriedade de alfabetizar na Educação Infantil, há a compreensão de que é possível estimular esse processo durante essa etapa, ainda que haja o entendimento de que isso não ocorre em todas as instituições de ensino de forma igualitária.

No que diz respeito às práticas pedagógicas desenvolvidas pelas educadoras na Educação Infantil, considerando o contexto alfabetizador, percebe-se que mesmo possuindo uma tendência para as atividades de alfabetização, boa parte das práticas mencionadas se voltam aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos pela BNCC, como por exemplo, os direitos de explorar, conviver e aprender através da brincadeira, demonstrando que de fato os aspectos lúdicos não precisam ser subtraídos do ambiente escolar, para que o processo de alfabetização seja iniciado.

Sendo assim, é possível observar que o processo de alfabetização desenvolvido por essas educadoras, leva em consideração os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previsto no documento norteador da educação brasileira, uma vez que as crianças possuem o direito de se posicionar e ser ativo no seu processo educacional, além de terem acesso aos materiais didáticos embasados na BNCC,

Além disso, percebeu-se na pesquisa a compreensão da maioria dos responsáveis em relação ao respeito às singularidades dos filhos, não demonstrando, em suas respostas, que possuem o hábito de exigir das professoras que os filhos sejam alfabetizados, embora tenham deixado explícito o desejo de que as crianças concluam a Educação Infantil alfabetizadas, possibilidade essa que foi confirmada pelas educadoras, tendo como base suas experiências em salas de aula de Educação Infantil, afirmando que sim, é viável que isso aconteça, mas não a consideram obrigatório.

Portanto, este trabalho conseguiu resultados positivos, tendo em vista que o objetivo foi analisar o pensamento dos adultos envolvidos nesse processo, sendo esses profissionais e familiares. Todavia, destaca-se que ainda existem questões a serem pesquisadas sobre o tema, bem como outros objetivos a serem alcançados, pois esse é apenas uma parcela de um tema vasto e repleto de possibilidades, mas que ainda assim poderá servir como base para outros estudos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEITE, Tânia Maria Rios. Explorando as letras na Educação Infantil. *In*: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 93-115.
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? *In*: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 13-32.
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; CARVALHO, Maria Jaqueline Paes de. As fichas de atividades de linguagem escrita na Educação Infantil. *In*: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 139-163.
- BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; FERREIRA, Carmen Regina Gonçalves; Espíndola, Carolina do Santos. Leitura e escrita na educação Infantil: um tema polêmico e necessário. **Revista Brasileira de Alfabetização**, (19), 1-18. 2023. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba2023726>
- PRODANOV, Cleber Cristiano; Freitas, Emani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- ROSA, Ester Calland de Sousa; BRANDÃO, Maria Solange. Projeto Mala de Leitura: aproximando a escola da família através da circulação de livros. *In*: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 165-183.
- SILVA, Juliana de Sousa; BRITO, Antonia Edna; BRITO, Ilmara Cordeiro. Leitura e escrita na Educação Infantil: entre diálogos e reflexões teóricas. *In*: SOARES, Francisco Marcos Pereira; LEMOS, Neide Naira Paz; Brito, Antonia Edna (Orgs.). **Diálogos sobre Educação Infantil: Formação, Pesquisa e Prática Educativa na Infância**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 135-149.
- SOARES, Magda Becker. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. [S. l]: Editora Contexto, [s.d.].
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras** [livro eletrônico]. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2017. *E-book*. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Com_todas_as_letras/S8M9DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover Acesso em: 23 de out. 2023.

GIRÃO, Fernanda Michelle Pereira; BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. A leitura e a escrita das crianças e com as crianças. *In*: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). **A aprendizagem inicial da língua escrita com crianças de 4 e 5 anos: mediações pedagógicas**. 1. ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 39-61.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Cortez. São Paulo, 2017.

JUNGLES, Lisiane Alvim Saraiva. **Parceria família-escola [recurso eletrônico]: benefícios desafios e propostas de ação**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2022.

APÊNDICES

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ – OEIRAS/PI
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Prezado Professor (a) você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **ALFABETIZAR AS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM AS FAMÍLIAS E OS PROFESSORES?** de autoria da aluna do Curso de Pedagogia, Eduarda Barbosa de Sousa e Silva, sob a orientação da professora Dra. Marina Gleika Felipe Soares, tendo em vista que a sua contribuição será de grande relevância para as discussões realizadas na pesquisa. O referido trabalho apresenta como objetivo geral: Analisar o que pensam as famílias e os professores acerca do processo de alfabetização das crianças na educação infantil. Ressaltamos que as informações registradas, sob sua autorização, contribuirão ricamente para os resultados desta pesquisa. Desse modo, os dados coletados ficarão sob sigilo preservando assim sua identidade. Agradecemos sua contribuição e disponibilidade para esta pesquisa.

QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____

ESTADO CIVIL: _____ IDADE: _____

TEM FILHOS? () SIM, QUANTOS? _____ () NÃO

2. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FORMAÇÃO ACADÊMICA: _____

POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO? SE SIM, QUAL(AIS)? _____

PROFISSÃO: _____

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA? _____

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL? _____

ÁREA E PERÍODO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO? _____

3. A partir de suas experiências, o que você pensa sobre alfabetização?

4. Considerando sua resposta no item anterior, quais suas concepções acerca do processo de alfabetização na Educação Infantil? É obrigatório alfabetizar na Educação Infantil?

5. Como você caracteriza sua prática pedagógica na perspectiva alfabetizadora?

6. Como você caracteriza sua prática pedagógica na educação infantil considerando o contexto alfabetizador?
7. Como você desenvolve as habilidades de leitura e escrita de seus alunos da educação infantil?
8. Considerando que os alunos são crianças da educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estão sendo trabalhados simultaneamente com o processo de alfabetização? Como?
9. Na sua concepção, é possível alfabetizar na educação infantil?
10. Na escola, de que maneira você percebe a participação das famílias nesse processo alfabetizador?

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROF. POSSIDÔNIO QUEIROZ – OEIRAS/PI
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



Prezado Responsável você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **ALFABETIZAR AS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM AS FAMÍLIAS E OS PROFESSORES?** de autoria da aluna do Curso de Pedagogia, Eduarda Barbosa de Sousa e Silva, sob a orientação da professora Dr. Marina Gleika Felipe Soares, tendo em vista que a sua contribuição será de grande relevância para as discussões realizadas na pesquisa. O referido trabalho apresenta como objetivo geral: Analisar o que pensam as famílias e os professores acerca do processo de alfabetização das crianças na educação infantil. Ressaltamos que as informações registradas, sob sua autorização, contribuirão ricamente para os resultados desta pesquisa. Desse modo, os dados coletados ficarão sob sigilo preservando assim sua identidade. Agradecemos sua contribuição e disponibilidade para esta pesquisa.

QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____

ESTADO CIVIL: _____ IDADE: _____

TEM FILHOS? () SIM, QUANTOS? _____ () NÃO

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

FORMAÇÃO ACADÊMICA: _____

POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO? SE SIM, QUAL (AIS)? _____

PROFISSÃO: _____

3. Considerando suas concepções, o que você pensa sobre alfabetização?

4. Em observância aos princípios e direitos de aprendizagem da Educação Infantil, você gostaria que o seu filho concluísse a Educação Infantil alfabetizado? Por quê?

5. Na sua opinião, é obrigatório alfabetizar na Educação Infantil?
6. Você acompanha o processo de alfabetização do seu filho? De que maneira?